Faculdade
de Ciências Econômicas
UFRGS

análise econômica

nesta edição:

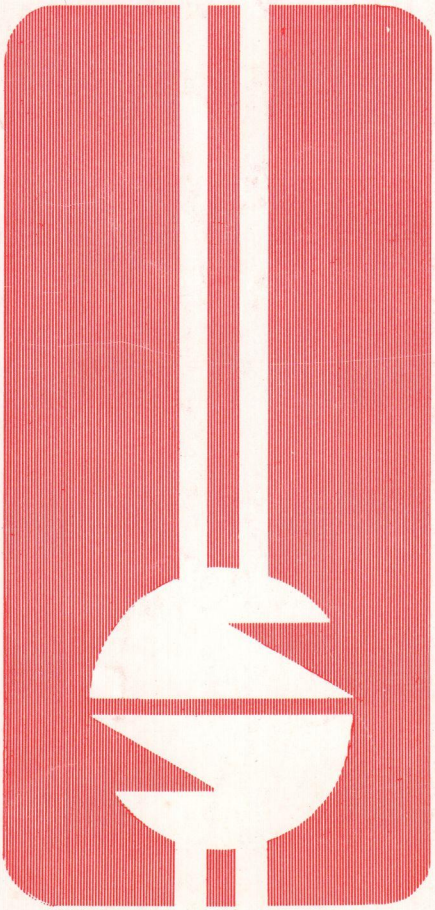
RIO GRANDE DO SUL, 1890-1930: A IDÉIA DA INDÚSTRIA
Sandra Jatahy Pesavento

DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO E A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL
Silvio A. F. Cário

A PEQUENA PROPRIEDADE RURAL EM SANTA CATARINA
Otto G. Konzen

ECONOMIA, ECOLOGIA E POLUIÇÃO
Aloísio Ely

TEORIA GERAL: AS CONCEPÇÕES DE KEINES E OS MODELOS INTERPRETATIVOS
Fernando Ferrari Filho



ano 4 nº 7

REITOR: Prof. Francisco Ferraz
DIRETOR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS:
Prof. Edgar Irio Simm
VICE-DIRETOR: Prof. Walter Meucci Nique
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS:
Prof. Ernani Hickmann

CONSELHO EDITORIAL: Prof. Pedro Cezar Dutra Fonseca (Presidente)
Prof. Achyles Barcelos da Costa
Prof. Carlos Augusto Crusius
Prof. Claudio Francisco Accurso
Prof. Edgar Augusto Lanzer
Prof. Ernani Hickmann
Prof. Juvir Mattuella
Prof. João Rogério Sanson
Profa. Maria Imilda da Costa e Silva
Prof. Nali de Jesus de Souza
Prof. Nuno Renan L. de Figueiredo Pinto
Profa. Otilia Beatriz Kroeff Carrion
Prof. Paulo Alexandre Sphor
Prof. Roberto Camps Moraes
Profa. Yeda Rorato Crusius
FUNDADOR: Prof. Antonio Carlos Santos Rosa

ANÁLISE ECONÔMICA publica dois números anuais nos meses de março e novembro. O preço da assinatura para 1986 é Cz$ 36,00, a ser pago através de cheque nominal para "Faculdade de Ciências Econômicas – UFRGS". Aceita-se permuta com revistas congêneres. Aceitam-se, também, livros para elaboração de resenhas ou recensões.

Toda a correspondência, material para publicação, assinaturas e permutas devem ser dirigidas a:

Prof. PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA
Revista Análise Econômica
Avenida João Pessoa, 52 – 3º andar
90.000 – Porto Alegre (RS) – Brasil

DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO E A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL*

SILVIO A. F. CÁRIO**

1 – INTRODUÇÃO

> "É preciso não esqucer que a racionalidade econômica e política dominantes correspondem, no Brasil, a um verdadeiro pacto de classes que exclui da cena política os trabalhadores rurais, como meio de protelar uma transformação no direito de propriedade, que alteraria na raiz as bases de sustentação dos grandes latifúndios, das classes dominantes e da forma brutal que a exploração do trabalho e a acumulação do capital assumem em nosso país".
>
> JOSÉ DE SOUZA MARTINS

Este trabalho procura, neste momento, lançar uma contribuição ao debate nacional sobre a reforma agrária, discutindo os diferentes enfoques teóricos da década de 50 e de 60 sobre a questão, assim como evidenciar o caminho encontrado pelo Estado Autoritário, sobretudo a partir dos anos 70, de promover uma reforma na agricultura e não a reforma agrária exigida para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

A discussão sobre a reforma agrária não é recente, sempre esteve inserida no contexto de qualquer análise que se faça sobre o desenvolvimento econômico nacional. Todavia, historicamente, sempre foi deixada de lado quando do momento de sua operacio-

*Este *paper* constitui parte do trabalho denominado "DIMENSÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE SANTA CATARINA FRENTE O DEBATE NACIONAL SOBRE A REFORMA AGRÁRIA", apresentado na 2ª Reunião Regional da SBPC em Blumenau-SC.

**Professor do Dep. de Ciências Econômicas da UFSC.

nalização, uma vez que qualquer modificação na estrutura da terra alteraria a relação de poder econômico e político existente.

Nos últimos 21 anos, o governo militar procurou tratar a questão agrária de forma técnica, sem considerar seu aspecto político. Processou uma política de colonização, mantendo intocáveis os grandes latifúndios.

Com o afastamento dos militares da condução da política da sociedade brasileira, inicia-se um novo processo de redemocratização da sociedade, e a viabilidade da reforma agrária volta a ser inserida no contexto de discussão desta nova ordem política.

Este movimento ressurge com maior força, pois o conjunto de lutas que surgiram no campo contra a expropriação de trabalhadores rurais e a exploração da força de trabalho pelo capital agrário foi reforçado com a participação dos vários segmentos da sociedade que têm procurado conscientizar e organizar politicamente os homens do campo na luta pelos seus direitos. A pressão sobre aqueles que devem desencadear o processo assume proporções significativas, uma vez que a democratização da sociedade deve passar pela democratização do meio rural.

A aprovação do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária evidencia a necessidade de continuar a luta pela reforma na estrutura fundiária.

As modificações entre o projeto inicial e o plano final indicam o grau de conservadorismo que permeia nossa sociedade. As pressões da Sociedade Rural Brasileira, dos políticos representando a classe latifundiária e dos segmentos conservadores da sociedade forçaram substanciais mudanças no plano original. Contudo, constitui o primeiro plano nacional de reforma agrária e a despeito das modificações é a reforma possível, inserida dentro de um quadro político difuso e de fraca correlação de forças das autoridades governamentais.

2 – AGRICULTURA: ENTRAVE À EXPANSÃO DO CAPITALISMO

A definição do papel da agricultura no contexto do capitalismo no Brasil, sobretudo nas últimas três décadas, conduziu ao aparecimento de uma série de formulações teóricas que claramente colocavam o setor primário como uma barreira à expansão deste modo de produção.

Todavia, esta preocupação remonta à crise de 29, acentuada

posteriormente com os conflitos entre as nações, que colocavam, sobretudo, em cheque o modelo agrário. Tais conjunturas criaram a necessidade de voltar o crescimento para o mercado interno, no intuito de superar os impasses criados com a instabilidade do comércio internacional.

A canalização dos recursos advindos da atividade agrária-exportadora, a intervenção do Estado em vários setores, assim como a mudança na condução política a partir de 30, criaram condições para a sustentação do processo de industrialização no País.

Se o período que se estendeu de 1888 a 1933 marcou o nascimento e a consolidação do capital industrial no País, o período de 1933 a 1955, segundo Cardoso de Mello (1), se caracterizou como industrialização restringida, onde a economia nacional foi desvinculada da subordinação que mantinha ao setor agrário, alcançando a partir deste período a conotação de uma industrialização pesada, apoiada na participação do Estado e da presença maciça do capital internacional.

O questionamento anterior que vinha de encontro às necessidades de voltar o crescimento econômico para o mercado interno, para não ficar à mercê da conjuntura externa, passa a ser direcionado ao papel da agricultura frente a uma dinâmica de acumulação de capital consolidada no País.

Durante especificamente as décadas de 50 e 60, o desenvolvimento capitalista se defrontava com duas situações inerentes à agricultura, colocadas nas seguintes problemáticas: "a) Os problemas do abastecimento dos centros urbanos (escassez crônica de gêneros alimentícios) decorrem da estrutura fundiária (latifúndio versus minifúndio) que explicaria o atraso das forças produtivas e sua incapacidade de produzir alimentos a baixo custo para suprir o mercado interno. b) As relações de produção no campo brasileiro por não serem capitalistas — a não difusão do trabalho assalariado na agricultura (óbices históricos: a herança colonial, os restos feudais) — retardavam a expansão do mercado consumidor para os produtos industriais" (2).

Os problemas de oferta agrícola, atraso das forças produtivas e das relações de produção no campo deveriam ser superados a a partir da reforma agrária. Somente a modificação na estrutura da terra possibilitaria alterações no contexto econômico-social e, por

1 — Mello, João Cardoso. *O Capitalismo tardio*. São Paulo, Brasiliense, 1982. p. 114-130.
2 — Linhares, M.Y. & Silva, Francisco C.T. *A história da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo, Brasiliense, 1981. p. 39.

extensão, ocasionaria mudanças no contexto político. Nesta linha de raciocínio estavam as teses de Celso Furtado, Nelson Wernecke Sodré e Caio Prado Jr. Apesar de diferenciações nas aparências, suas essências conduziam para uma solução comum: reforma agrária.

Na concepção de Celso Furtado, a dinâmica da economia cafeeira gerava riqueza que irradiava na formação de um núcleo interno de indústrias. O fluxo de renda advindo da economia agrária-exportadora era transferido para outras atividades através do sistema bancário, principalmente quando a situação no comércio internacional era favorável, o que era evidenciado no raciocínio de Mantega (3): "Quanto melhor fosse a situação do café no mercado mundial, maior seria o fluxo de renda que vazava para o núcleo manufatureiro local, promovendo a transformação das modestas oficinas do final do século passado nas fábricas de tecidos e demais mercadorias de consumo dos primeiros anos do século XX".

Associado a este fato, verificou-se que a abolição dos escravos, num primeiro momento, e o processo migratório, num segundo instante, reforçaram as bases para não só o nascimento, mas também, a solidificação de uma economia voltada para o modo de produção capitalista através da venda da força de trabalho a nível global da economia.

A associação do Estado com os interesses da classe agrário-exportadora dominante fazia com que as políticas econômicas fossem destinadas a garantir o fluxo de renda para esta classe produtora, mesmo nos momentos de crise. A política de manutenção dos estoques, a desvalorização do cruzeiro, ou mesmo as crescentes emissões de dinheiro advindo de empréstimos no exterior, constituíam as políticas destinadas a canalizar rendas para o setor agrário-exportador que, por sua vez, continuava a transferir recursos para o incipiente mercado interno.

A crise que o capitalismo enfrentou a partir da grande depressão estendeu-se com profundidade à economia nacional que, apesar da indústria nascente, tinha na monocultura sua fonte de maior geração de renda. Esta situação conduziu a Revolução de 30 a traçar novas diretrizes na política econômica, impulsionando com mais denodo o setor secundário nacional. Todavia, apesar do estágio alcançado pelo capitalismo no Brasil com o passar dos anos, através de uma diversificação e integração neste setor, o dinamismo da economia nacional não foi suficientemente para movimen-

3 — Mantega, G. *A economia política brasileira*. Rio de Janeiro, Polis-Vozes, 1984.

tar internamente a economia. Segundo Furtado, a inadequada absorção da força de trabalho fez com que a sua remunueração crescesse aquém da potencialidade do setor industrial, evidenciando uma rigidez do mercado interno. "A evolução estrutural do setor industrial, o progresso tecnológico e a tendência à concentração do poder econômico atuaram de forma convergente no sentido de reduzir o fluxo de salário criado pelo setor industrial relativamente ao valor da produção desse setor. Cabe inferir desta análise que o fruto do aumento substancial de produtividade ocorrido no setor industrial não foi transferido (ou o foi cada vez menos) para a massa da população assalariada". (4)

A situação que defrontou a economia nacional especificamente até a solidificação do capitalismo industrial não criou condições para promover um desenvolvimento sustentado por si própria. Pelo contrário, deparou com a presença de uma tecnologia importada com características monopolistas influenciadas pelo capitalismo internacional. Por outro lado, a agricultura inicialmente influenciadora neste processo, enquanto transferidora de recursos, passa na fase seguinte a constituir um obstáculo em função de sua estrutura arcaica e ineficiente de produção.

A agricultura possuidora de uma estrutura tradicional e autoritária, advinda da presença dos latifúndios improdutivos e influenciadores no modelo político, deveria ser alterada para fazer frente ao crescimento do setor industrial, que trazia, no seu bojo, o dinamismo das estruturas modernas de produção.

A modificação na estrutura agrária permitiria não só melhorar a reprodução da força de trabalho, como também, contribuir para a solidificação do mercado interno a partir do processo de industrialização.

Segundo Furtado (5), "o processo de integração econômica dos próximos decênios, se por um lado exigirá a ruptura de formas arcaicas de aproveitamento de recursos em certas regiões, por outro requererá uma visão de conjunto de aproveitamento de recursos e fatores no país. A oferta crescente de alimentos nas zonas urbanas exigirá pela industrialização, a incorporação de novas terras e os translados inter-regionais de mão-de-obra são aspectos de um mesmo problema de redistribuição geográrica de fatores. (...) O Brasil, por essa época, ainda figurará como uma das grandes áreas

4 — Furtado, Celso. *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro, Saga, 2ª ed. 1968. p. 35.
5 — Furtado, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Nacional, 5ª ed. 1977. p. 242.

de terra em que haverá maiores disparidades entre o grau de desenvolvimento e a constelação de recursos potenciais".

A agricultura deveria ser reformulada a partir do dinamismo do setor moderno. Neste sentido, somente através da reforma agrária a estrutura da terra poderia ser alterada. A reforma agrária era vista como condição de romper com a estrutura atrasada de produção e criar condições para o desenvolvimento auto-sustentado.

Outra interpretação teórica, neste período, está relacionada com as idéias de Nelson Werneck Sodré, apesar de fazer parte do ISEB — Instituto Superior de Estudos Brasileiros — grupo de intelectuais que desenvolvia um conjunto de pensamento sobre o comportamento da economia; Sodré buscou interpretar principalmente a realidade nacional em cima de um conjunto de propostas políticas.

A natureza das propostas políticas estava centralizada na erradicação do latifúndio e do imperialismo presentes nas décadas de 50 e 60. O Brasil era caracterizado como um país que possuía relações pré-capitalistas e feudais no campo. Estas relações criavam barreiras ao avanço do desenvolvimento das forças produtivas.

O País se defrontava com a presença dos latifúndios e grandes capitalistas comerciais que facilitavam o ingresso do capital internacional, subordinando-o aos ditames do imperialismo. A terra, principalmente, estava nas mãos dos grandes latifundiários à espera da especulação e da garantia da renda fundiária.

Para derrotar o grande latifúndio e o imperialismo esperava contar com "(...) o grosso da burguesia nacional, que continuava sendo considerada como um dos setores de vanguarda das forças revolucionárias, que se antagonizavam não apenas com os setores latifundiários exportadores, mas agora se indispunham também com o capital estrangeiro, que vinha deformando a industrialização do país e absorvendo nossas riquezas e receitas de importações com suas remessas de lucros, retardando assim o desenvolvimento" (6).

Refletindo as idéias centrais do PCB — Partido Comunista Brasileiro — esperava que a burguesia nacional surgisse como uma categoria social, interessada em romper com as barreiras feudais existentes na agricultura, assim como impor novas regras ao capital internacional, objetivando acelerar o desenvolvimento do capitalismo industrial.

6 — Mantega, G. *A economia política brasileira*. Op. cit. p. 168.

A associação vitoriosa dos latifúndios e dos capitalistas nacionais, na qual estava inserida a burguesia nacional, na derrubada do regime democrático em 1964, evidenciou o erro político desta proposta. Requereu, para tanto, nova avaliação política, onde a associação passava a ser feita junto aos médios e pequenos capitais, considerados a partir daquele momento como o segmento prejudicado pela situação arcaica que defrontava a agricultura e pela imposição do capital internacional.

Sodré acreditava que a superação somente seria possível através do "(...) conjunto que compreende o campesinato, o proletariado, o semiproletariado, a pequena burguesia e as partes da alta e da média burguesia". (7).

A partir deste encaminhamento político procurou analisar os problemas que defrontava a economia nacional de forma histórica e dialética; para tanto, dividiu as fases do desenvolvimento da economia brasileira em economia colonial (1550/1780), a integração da economia na economia mundial (1780/1850), a elaboração da economia nacional (1850/1920) e a estruturação da economia nacional a partir de 1920. Este último período é caracterizado como a fase decisiva da acumulação capitalista, que traz no seu bojo o aumento da dependência externa, a presença da inovação tecnológica e a expansão do mercado de trabalho. O atraso da agricultura acompanhava esta fase da acumulação capitalista.

A tese de Sodré era de que a existência de relações pré-capitalistas de produção adicionada aos resquícios feudais constituía não só razão de entrave para o avanço do capitalismo como refletia uma dualidade na agricultura, onde conviviam lado a lado a agricultura voltada para o mercado externo, sempre se deparando com crises de super-produção, e a agricultura voltada para o mercado interno, cuja produção estava sempre aquém das necessidades da população.

Urgia a necessidade de se desfazer as grandes propriedades rurais improdutivas, mantenedoras de relações de dependência e de formas atrasadas de produção. A reforma agrária constituía a única forma de extinguir as relações feudais de produção e gerar nova dinâmica para o desenvolvimento do setor industrial. A proposta de alteração na estrutura de produção no campo deveria partir de um conjunto de discussões dos agentes diretamente envolvidos com esta questão. A terra deveria comportar diferentes tipos de

7 — Werneck, N.S. *Introdução à revolução brasileira*. Rio de Janeiro, Av. Bras. 2ª ed. 1963. p. 208.

propriedades, desde as modernas propriedades capitalistas e as propriedades cooperativas até as propriedades estatais de produção.

Outra versão sobre esta questão é a de Caio Prado. Interpreta o desenvolvimento da agricultura a partir da rejeição da existência do feudalismo enquanto modo de produção anterior. Considera um erro de interpretação do conjunto dos intelectuais que procuravam comparar o processo histórico brasileiro com o europeu.

Esquecem estes interpretadores, diz Caio Prado, que a situação vivenciada pela Europa apresentava uma economia agrária diferente da nacional que, evidenciando uma estrutura vinda do feudalismo, se notabiliza por unidades produtivas voltadas para a produção de subsistência, deixando em segundo plano a economia de mercado. "A economia agrária brasileira não se constitui na base da produção individual ou familiar e da ocupação parcelada da terra, como na Europa, e sim, se estruturou na grande exploração agrária voltada para o mercado. E, o que é mais, o mercado externo, o que acentua ainda mais a natureza essencialmente mercantil da economia agrária brasileira, em contraste com a dos países europeus. Não se constitui assim uma economia e classe camponesa, a não ser em restritos setores de importância secundária." (8)

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil esteve inicialmente voltado para os interesses do capital comercial, que se aproveitva do excedente produzido internamente.

Mesmo com o passar dos anos, e as seguidas transformações que ocorreram no seio do seu desenvolvimento, a agricultura manteve a sustentação de enorme diferenciação social, reproduzindo a submissão da classe trabalhadora rural às elites dominantes.

Prado salientava que os grandes proprietários, voltados para a produção de maior valorização, exploravam a classe trabalhadora e a colocavam à mercê do avanço tecnológico, que gradativamente reduzia a participação dos trabalhadores no processo produtivo. Estes grandes proprietários se diferenciavam dos pequenos produtores, que estavam inseridos em atividades secundárias, voltadas para o abastecimento do mercado interno (9).

Acreditava que somente através da reforma agrária é que se poderia superar a precária situação sócio-econômica em que vivia o homem do campo, assim como desenvolver as relações de produção para assegurar as condições de trabalho e um padrão de vida

8 – Prado Jr., Caio. *A questão agrária,* São Paulo, Brasiliense, 2ª ed. 1979. p. 70.
9 – Ibidem, p. 50.

digno. A preocupação de Caio Prado estava centralizada no avanço social que a reforma possibilitaria, ao contrário dos demais pensadores das décadas de 50 e 60, que estavam preocupados em primeiro plano em desobstruir os entraves econômicos para o avanço do capitalismo industrial.

Achava que a parceria, moldada nos princípios capitalistas, constituía um primeiro estágio avançado para modificar a estrutura arcaica do campo, assim como urgia a necessidade de modificar a legislação trabalhista no campo no intuito de proporcionar ao trabalhador rural os mesmos direitos e condições de vida dos trabalhadores urbanos.

A manutenção da estrutura fundiária, com elevada taxa de concentração, e de uma legislação voltada mais para os interesses dos proprietários do que dos próprios trabalhadores rurais não tem permitido outra coisa senão perpetuar as condições de exploração no campo.

3 — AGRICULTURA: FÓRMULA ENCONTRADA PARA SUPERAÇÃO DO ENTRAVE

As teses que consideravam necessárias as mudanças na estrutura da terra, para que o capitalismo alcançasse um estágio avançado de desenvolvimento, foram refutadas no conjunto de medidas políticas e econômicas que sucederam o período em que efervesceu esta necessidade. As teses de Furtado, Werneck, Caio Prado e tantos outros que suscitavam a reforma agrária foram vencidas pelas forças políticas (latifúndios, burguesia nacional e capital internacional) que apoiaram o golpe militar de 1964.

O pacto político entre essas forças orientou nova estratégia para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, e estas medidas vinham ao encontro dos interesses destas classes dominantes. Tanto que, para o capital internacional, aboliu-se, por exemplo, o fim das restrições colocadas pelo governo anterior; para os latifundiários, garantiu-se que ocorreria uma transformação produtiva no campo, porém sem alterar a estrutura fundiária existente. Apesar de reconhecer publicamente a necessidade da reforma agrária, os governos militares não alterariam a posição dos latifundiários, pois qualquer outra medida neste sentido romperia com o pacto das elites.

Apesar do desenvolvimento do capitalismo no Brasil alcançar na segunda metade dos anos 60 e nos primeiros anos de 70 taxas de crescimento econômico da ordem de 10% a.a., isso não significa

afirmar que, se a reforma agrária fosse realmente um entrave ao desenvolvimento do capitalismo, este mesmo capitalismo a teria realizado. Graziano da Silva (10) discute esta questão e coloca que "(...) é o próprio desenvolvimento das forças produtivas que determina, em última instância, a estrutura de poder de uma sociedade, e, no mesmo sentido, são os antagonismos dessa estrutura de poder que direcionam em cada momento histórico o desenvolvimento dessas forças produtivas". Neste sentido, significa afirmar que a classe dominante vitoriosa frente àqueles que lutavam pela reforma agrária optou por outros caminhos.

Os caminhos determinados pela estrutura de poder dominante foram assessorados por um conjunto de estudos, que nortearam as medidas adotadas ao longo do regime militar. Dentre as teses conservadoras surgidas no mesmo período em que ascenderam as teses que suscitavam as reformas de base, destaca-se sobretudo a de Delfim Neto que, num primeiro momento, induziu o tratamento que deveria ser adotado com relação à agricultura; num segundo instante, já dentro do governo com sua influência, solidifica-se o processo decisório das políticas públicas (11).

Segundo Delfim Neto, a agricultura não constituía empecilho para o avanço do capitalismo, desde que os fatores de produção "terra, trabalho e capital" fossem utilizados adequadamente. Expressando uma visão neoclássica, as propriedades agrícolas seriam enquadradas em empresas agrícolas, assim como existem as empresas industriais; deveriam ser orientadas no sentido de otimizar e racionalizar os fatores de produção. O empresário agrícola deveria moldar sua produção no sentido de obter taxas de remuneração positivas aos capitais investidos. Ao considerar a empresa agrícola como uma empresa capitalista qualquer, parte de uma situação de equilíbrio que "(...) automaticamente elimina grande número de problemáticas possíveis, como, por exemplo, a da diversidade de relações de produção, as questões do pequeno produtor, em suas diferentes especificidades, e a pequena propriedade" (12).

10 — Graziano da Silva, J. A modernização dolorosa — estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, p. 42.

11 — Castro, Ana Célia et alii. Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira — síntese das transformações. Rio de Janeiro, Binagri, 1979. A autora observa que, além dos estudos de Antônio Delfim Neto, também os estudos de Afonso Celso Pastore, Pereira Carvalho e Ruy Miller Pawa apoiavam os estudos conservadores dos teóricos americanos W.A. Lewis e T.W. Schultz.

12 — Linhares, W.Y. & Teixeira da Silva, F.C. História da agricultura brasileira: combates e controvérsias, op. cit.

Segundo esta visão, o aumento da produtividade do setor agrícola viria da melhor utilização dos fatores de produção, possibilitando à agricultura atender suas cinco funções básicas: a) produzir alimentos a baixo preço; b) liberar mão-de-obra para a indústria; c) fornecer recursos para a formação de capital; d) abrir mercado consumidor para produtos industriais e e) produzir gêneros exportáveis para possibilitar a capacidade de importação.

Todavia, torna-se importante salientar que tanto as teses que propunham reformas na estrutura, destacando as de Furtado, Werneck e Caio Prado, como também as concepções teóricas conservadoras destacadas sobretudo nos pensamentos de Delfim Neto sobre a agricultura, esqueceram que o capital se reproduz de uma forma dinâmica independente das condições existentes. Rosa Luxemburg (13) já colocara anteriormente que "(...) o primitivismo das condições permite que a acumulação se desenvolva com uma violência e rapidez extraordinária".

Neste sentido, o capital se reproduz não somente onde existem avançadas relações capitalistas de produção, como também busca sua valorização nos setores onde tem-se a presença de relações pré-capitalistas de produção. De que forma o capital se valoriza a partir desta última? A valorização dá-se pela apropriação do excedente a nível de circulação, onde o capital comercial, financeiro, industrial se apropria do valor gerado, na medida em que os preços dos produtos agrícolas tornam-se inferiores ao seu valor.

Assim, a agricultura moldada no modo de produção capitalista, orientada para trabalhar na base da eficiência e da racionalidade, possibilitou significativo crescimento para o setor industrial, assim como pode-se afirmar que a agricultura com relações pré-capitalistas de produção, com formas arcaicas de produção, também criou condições para expansão do modo de produção dominante. Se a agricultura capitalizada permitiu fornecer recursos para a formação de capital, abrir mercado consumidor para produtos industriais e produzir gêneros exportáveis, a agricultura pré-capitalista, na qual estão inseridas as pequenas propriedades, a parceria, o pequeno arrendamento e a posse, possibilitou o fornecimento de mão-de-obra para os demais setores, como também foi responsável por grande parte da produção de alimentos, incumbida de não elevar o custo de reprodução da força de trabalho e o custo das matérias-primas. "Com isso é possível uma maior exploração da força

13 — Luxemborg, R. A. acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro, Zahar, 1970. p. 317.

de trabalho, via redução do tempo de trabalho necessário e mantida constante a jornada de trabalho, viabilizando assim uma acumulação mais rápida no setor industrial". (14)

Na verdade, a agricultura deixa de ter um papel passivo e entravador no processo de desenvolvimento do capitalismo e passa a ter um papel ativo a partir do momento em que é inserida no movimento dinâmico do capital. A partir do momento em que passa a se constituir num ramo do setor industrial, um segmento de valorização do capital, a agricultura deixa de ser temática de intelectuais que a colocaram como entravadora do avanço do modo de produção capitalista. A agricultura capitalista e a agricultura voltada para um modo de produção pré-capitalista, na sua totalidade, ao fazerem parte de um modo de produção dominante, independente da fase de desenvolvimento, constituem no seu bojo, direta e indiretamente, locais para reprodução do capital.

A valorização do capital envolvendo a agricultura ocorre a partir da industrialização deste setor. Através da "modernização do campo", o capitalismo penetrou no meio rural de forma decidida, contribuindo para que o capital se reproduzisse de forma ampliada no contexto global da sociedade brasileira. Toda dinâmica emana da expansão industrial, após "(...) haver consolidado a hegemonia do capital industrial com a industrialização pesada que deslancha o processo de modernização da agricultura brasileira. Ou seja, é por força do próprio processo de industrialização do país que a agricultura deixa de ser um setor quase auto-suficiente (economia natural do complexo rural de nossas fazendas, que impedia a própria industrialização do país) da economia para se tornar parte integrante de um conjunto maior de atividades inter-relacionadas (complexo agroindustrial) (15).

O processo de industrialização da agricultura conduziu este setor a tornar-se um mercado demandador de meios de produção industriais. Permitiu que as indústrias de máquinas e implementos agrícolas, sementes melhoradas, fertilizantes, rações, etc., expandissem sua produção, transformando a estrutura até então considerada arcaica de produção e entravadora do desenvolvimento do capitalismo, sem contudo alterar a estrutura fundiária. Este processo permitiu gradativamente que o capital começasse a ter um domínio relativo sobre a própria natureza, na medida em que o desen-

14 — Graziano da Silva, J. et. alii. Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira São Paulo, Hucetec, 1980. p. 7.

15 — Graziano da Silva, J. *A modernização dolorosa,* op. cit., p. 46.

volvimento científico e tecnológico supera as barreiras impostas pelas circunstâncias naturais.

Todavia, se por um lado a utilização intensiva de fertilizantes, de sementes melhoradas, de defensivos, assim como o avanço tecnológico no setor de máquinas e equipamentos permitiu que a agricultura respondesse com o aumento da produtividade agrícola à demanda interna e externa, por outro lado gerou uma série de contradições advindas deste processo de modernização, destacando-se num primeiro plano o aumento da sazonalidade do emprego, maior exigência e menos tempo de ocupação da força de trabalho, assim como, em função do instrumento utilizado para ter acesso a este processo de industrialização do campo — crédito subsidiado —, beneficiou os grandes proprietários, que imbuídos no processo de acumulação passaram a adquirir as pequenas e médias propriedades.

Paralelamente à industrialização da agricultura, ocorreu um processo de incorporação de novas áreas ao processo de produção. A existência da fronteira agrícola sob o prisma do capital permitiu não só o aumento da oferta de produtos considerados importantes na reprodução da força de trabalho, mas também constituiu um amortecedor das tensões sociais no campo, na medida em que o Estado, através dos projetos de colonização, orientou o fluxo migratório dos trabalhadores rurais expulsos de suas antigas regiões. A exemplo do processo de industrialização da agricultura, o crescimento da fronteira agrícola no País retrata a outra fórmula encontrada pela classe dominante para que a reforma agrária não se viabilizasse. Através do processo de colonização e até regularização da terra, o acordo político das classes dominantes tem mantido intocável o grande latifundiário e a estrutura de poder que emana desta situação.

Em resumo, a forma com que o capitalismo foi se desenvolvendo no Brasil conduziu a agricultura a ter um papel ativo no processo de valorização do capital, mesmo sem promover a reforma agrária, tão suscitada no debate acadêmico dos anos 50 e 60. Todavia, este modo de produção não superou seus entraves. Apesar de ter participado deste processo não significou a solução das contradições. Pelo contrário, a luta pelo acesso à terra continuou no bojo deste avanço. As lutas sociais e políticas em torno da questão agrária avançaram significativamente nestes últimos anos, ao ponto do regime militar colocá-la como problema de segurança nacional.

Sob outra perspectiva, o "Novo Governo" ora empossado coloca a reforma agrária como uma das metas a serem alcançadas,

pois a tensão social no campo chega a níveis significativos em algumas regiões do País, a despeito também de que sua concretização representará trabalho para milhares de pessoas, e conseqüentemente pretende incrementar a produção agrícola nacional.

Apesar do plano original sofrer modificações, conforme evidencia o quadro comparativo abaixo, tornando-se muito eqüidistante do inicial, a realidade mostra o verdadeiro grau de força política com que se defronta o "Novo Governo". Tal a correlação de força, que viu-se em função de fortes interesses contrários à necessidade de modificar o projeto inicial.

TABELA 1 – QUADRO COMPARATIVO ENTRE O PLANO ORIGINAL E O PLANO FINAL SOBRE A REFORMA AGRÁRIA – 1985

PLANO ORIGINAL	PLANO ATUAL
Reforma Agrária e o Getat	
● Extinção gradual para que a política hoje exercida pelo Getat possa ser assumida pelos órgãos responsáveis pela reforma agrária e, quando possível, pelos próprios governos estaduais e municipais.	● O Getat (Grupo Executivo de Terras do Alto Tocantins) tem condições tão especiais que podem problematizar a coordenação do processo de reforma agrária. Em decorrência disso, a situação do Getat e do Gebam (Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas), pelo próprio caráter temporário com que foram criados, deverá ser examinada por um grupo de trabalho especial.
Incentivos Fiscais	
● Verificar projetos inadimplentes para que os imóveis rurais envolvidos sejam tornados áreas de intervenção para a reforma agrária; impedir que as áreas destinadas à reforma sejam objeto de investimentos oriundos de incentivo fiscal; impedimento de que latifúndios (incluídos ou não como proprietários para a reforma agrária) possam receber incentivos.	● A política de incentivos fiscais deverá ajustar-se aos objetivos do PNRA, particularmente no que se refere aos aspectos fundiários. Portanto, serão feitos levantamentos e avaliação dos projetos agropecuários, agroindustriais e de colonização inadimplentes, objetivando tornar os imóveis rurais nas respectivas áreas passíveis de intervenção para a reforma agrária.
Áreas Indígenas	
● Acelerar o processo de demarcação de todas as áreas indígenas, mesmo que numa primeira etapa emergencial se constitua	● Essas terras devem ser protegidas e defendidas por toda a sociedade. A garantia de seu uso pleno pelos indígenas é uma

apenas na fixação de limites para assegurar a delimitação inicial.

das finalidades básicas da reforma agrária, o que será alcançado com a promoção do reassentamento de não-índios ocupantes de áreas indígenas, com a devida suspensão dos títulos de domínio que eventualmente incidam sobre essas terras.

Programas de Colonização

● Não serão abertos novos projetos oficiais durante 1986 e 1987 (nesse período os projetos já implantados serão enquadrados dentro da reforma agrária); fiscalização das áreas de colonização particular; organização social dos parceleiros de forma que as unidades tornem-se autônomas após sua implantação.

● O governo procurará desenvolver uma ação integrada entre a colonização oficial e a particular, esta principalmente através de cooperativas idôneas que, além de cumprirem rigorosamente a legislação em vigor, deverão dar à atividade caráter de promoção econômica, social e política às famílias do pequeno produtor.

Definição das Áreas Prioritárias

● Incidência de conflitos pela posse da terra; incidência de latifúndios próximos aos grandes centros urbanos ou áreas densamente povoadas; existência de grande número de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra, arrendatários, parceiros, posseiros, minifundistas e assalariados; ocorrência de obras públicas como barragens e açudes; e não-priorização de terras onde haja prováveis populações indígenas.

● As áreas destinadas aos assentamentos compõem-se de terras passíveis de desapropriação e de recursos fundiários públicos eventualmente existentes e disponíveis para serem incorporados ao processo de reforma agrária. Essas áreas serão inseridas naquelas estabelecidas nos planos regionais de reforma agrária.

Crédito Rural

● Programa especial de crédito com o objetivo de atender às demandas para o assentamento de forma simplificada; condições especiais de juros e correção monetária; novas condições para o crédito rural, introduzindo-se a abertura para a responsabilidade individual.

● A criação de um programa especial de crédito rural deverá contemplar normas específicas de crédito para os beneficiários da reforma agrária e suas organizações; captação de recursos e o controle das aplicações de crédito rural; operações de crédito independente de garantia real; prioridade creditícia à produção de alimentos básicos e cobertura creditícia integral para custeio e investimentos.

Fonte: *Folha de São Paulo* - 11.10.85.

TABELA 2 – METAS E ÁREA NECESSÁRIA DO PNRA POR REGIÕES – BRASIL 1985/89

Grandes Regiões	Superfície territorial total/km^2	Metas e área necessária	
		Famílias	km^2
NORDESTE	1.539.632	630.000	189.000
SUDESTE	1.539.632	280.000	43.700
CENTRO-OESTE	1.879.356	210.000	75.600
SUL	562.071	140.000	21.800
BRASIL	8.451.189	1.400.000	430.900

Fonte: *Folha de São Paulo* – out/85.

Somam-se ainda os principais retrocessos: a) desapropriações limitadas apenas a parte de cada latifúndio, e não à propriedade inteira; b) indefinição quanto a áreas prioritárias para desapropriações no PNRA e c) obrigatoriedade do Presidente da República e não do presidente do INCRA de aprovar os planos regionais.

A despeito das mudanças citadas, o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA – pretende, no período de 1985/1989, beneficiar cerca de um milhão e quatrocentas mil famílias em todo o território nacional, orçado pelo MIRAD (Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário) em Cr$ 43,154 trilhões (em valores de maio/85).

CONCLUSÃO

As propostas de realização da reforma agrária neste País foram superadas pelos acordos entre as classes dominantes que estavam interessadas em manter inalterada a estrutura da terra. Optou-se pela modernização conservadora orientada para viabilizar a penetração do capitalismo no campo. Passados aproximadamente 22 anos, o capitalismo entrou em franco desenvolvimento neste País, sem contudo alterar a posição dos latifúndios ou dar acesso à terra para quem nela trabalhar.

Ocorreu um abandono das medidas, embora até traçadas, que alterassem a propriedade existente. A política existente objetivou eliminar as áreas de tensão social, reprimir os conflitos e estabele-

cer a colonização das áreas devolutas através dos projetos de colonização.

Neste processo, a luta camponesa manteve o seu nível de resistência. Os conflitos foram ocorrendo em várias áreas e em diferentes instâncias. A luta do posseiro pela garantia da terra e dos bóias-frias para conseguir não só o direito de emprego mas também uma legislação justa fez-se presente do norte ao sul, do leste ao oeste neste País.

O desenvolvimento das forças produtivas, espelhadas pelo estágio que a modernização assumiu, não solucionou os problemas dos trabalhadores rurais; pelo contrário, este processo gerou uma série de contradições, que faz a luta estar presente no seu dia-a-dia.

A necessidade da reforma agrária hoje, permite, além da possibilidade da superação econômica, a eliminação do grau de dependência que prende o trabalhador rural aos donos das terras. O monopólio da terra afasta as garantias políticas e jurídicas do trabalhador do campo. Como diz Moacir Palmeira, a luta dos camponeses pela reforma agrária é uma luta pela própria cidadania, no sentido do homem do campo se constituir num cidadão pleno, com direitos de alfabetização, de conscientização de classe.

Assim como a reforma sobrepõe simplesmente a distribuição de terras, mesmo numa sociedade de classes, a luta dos trabalhadores rurais avança no sentido de terem acesso igualitário ao crédito, aos subsídios, à comercialização, etc.

A luta hoje, a nível de Brasil, encaminha-se para este sentido. O processo de redemocratização da sociedade não pode ocorrer resguardando o atrasado. Neste sentido, os partidos políticos, as associações de classes, a Igreja, os sindicatos têm procurado incluir nas áreas de suas atuações a influência direta e indireta sobre os movimentos sociais no campo.

Entende-se que qualquer conquista ocorrerá através da luta política que se travará no bojo da sociedade. Neste sentido, a reforma agrária jamais virá por consenso, mas resultará do conflito e dos antagonismos das classes sociais envolvidas com esta questão.

BIBLIOGRAFIA

CASTRO, Ana Célia et alii. *Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira — síntese das transformações.* Binagri, 1977, 276 p.

FURTADO, Celso. *Um projeto para o Brasil.* Rio de Janeiro, Saga, 2ª ed., 1968.

GOMES DA SILVA, José. *A reforma agrária no Brasil – frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento.* Rio de Janeiro, Zahar, 284 p.

GRAZIANO DA SILVA, J. *A modernização dolorosa – estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.* Rio de Janeiro, Zahar, 1982, 192 p.

GRAZIANO DA SILVA, J. et alii. *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira.* São Paulo, Hucitec, 1980, 240 p.

LINHARES, M.Y. & TEIXEIRA DA SILVA, *F.C. História da agricultura brasileira – combates e controvérsias.* São Paulo, Brasiliense, 1981, 170 p.

LUXEMBURG, R. *A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperalismo.* Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira.* São Paulo, Polis-Vozes, 1984, 283 p.

MELLO, João Cardoso. *O capitalismo tardio.* São Paulo, Brasiliense, 1982.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A questão agrária.* São Paulo, Brasiliense, 2ª ed., 1979, 188 p.

WERNECK, N.S. *Introdução à revolução brasileira.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2ª ed., 1963.